

Despacho n.º 19507/2009

O Gabinete de Planeamento e Políticas presta vários serviços no âmbito das suas atribuições e competências, que importa serem remunerados pelo seu custo. Assim, após reorganização dos serviços da Biblioteca e Reprografia verificou-se existir uma grande disparidade entre os preços actualmente cobrados e os valores de custo reais.

Assim, considerando o disposto na alínea a) do artigo 8.º de Decreto Regulamentar n.º 6/2007, de 27 de Fevereiro, conjugado com o estatuído na alínea f) do n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pelo disposto no artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aprovo a seguinte tabela de preços.

1 — Fotocópias

1.1 — Simples:

- a) Fotocópia A4 p/b — € 0,04*;
- b) Fotocópia A3 p/b — € 0,08*;
- c) Fotocópia A4 cores — € 0,25;
- d) Fotocópia A3 cores — € 0,50.

1.2 — Autenticada (por folha):

- a) Fotocópia A4 — € 1,09;
- b) Fotocópia A3 — € 1,18.

2 — Encadernações:

- a) Argolas plástico — € 1,00;
- b) Quente — € 1,50.

3 — Emissão de certidões de qualquer espécie ou natureza, acrescido das fotocópias anexas — € 10,00.

4 — A estes valores acresce IVA à taxa em vigor.

* De acordo com o disposto no n.º 1, alínea a) do Despacho n.º 8617/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 99, de 29 de Abril de 2002.

19 de Agosto de 2009. — A Directora, *Gabriela Ventura*.

202214364

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 19508/2009

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho do vogal do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, S. A., Dr. Gonçalo Reis, de 17 de Julho de 2009, que aprovou as plantas parcelares n.ºs VBJQ-1.E.201.01 a 19 e os mapas de áreas relativos à construção da obra do IP 2 — Vale Benfeito/Junqueira — trecho 0 + 000 a 13 + 316.792 — PE20 — Expropriações e a resolução de expropriar do conselho de administração de 17 de Julho de 2009, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção deste lanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a AENOR Douro, na qualidade de subconcessionária da subconcessão do Douro Interior, a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que a obra projectada seja executada o mais rapidamente possível. Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela AENOR Douro — Estradas do Douro Interior, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

17 de Agosto de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

